



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Recurso nº : 126.044  
Matéria : IRPJ – Ex(s): 1996  
Recorrente : MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A  
Recorrida : DRJ-BELÉM/PA  
Sessão de : 20 de junho de 2001  
Acórdão nº : 103-20.634

IRPJ – CORREÇÃO MONETÁRIA DO ANO DE 1990 - É legítima a correção monetária das demonstrações financeiras do ano-calendário de 1990, pelo índice determinado pela variação do IPC, em vez do BTNF, conforme reconhecido pela Lei nº 8.200/1991, sendo admitido o cômputo das respectivas diferenças no resultado da pessoa jurídica.

LUCRO INFLACIONÁRIO – BENEFÍCIO FISCAL DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA – É insusceptível de diferimento, na mesma proporção do benefício fiscal, o lucro inflacionário apurado por pessoa jurídica que goze de isenção do Imposto sobre a Renda. O saldo credor de correção monetária deverá fazer parte integrante do lucro líquido do próprio exercício em que for verificado não sendo admitida qualquer exclusão, a título de diferimento, na apuração do lucro real.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
**MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.**,

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. A recorrente foi defendida pelo Dr. Luiz Carlos Piva, inscrição OAB/ nº 812-B.

CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER  
PRESIDENTE

MARY ELBE GOMES QUEIROZ  
RELATORA

FORMALIZADO EM: 24 SET 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NEICYR DE ALMEIDA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO, PASCHOAL RAUCCI E VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

Recurso nº : 126.044  
Recorrente : MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A

## RELATÓRIO

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A empresa já qualificada nos autos, recorre a este Conselho, às fls. 241/265, de decisão proferida, às fls. 230/234, pela Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belém - PA, que julgou procedente o lançamento objeto do Auto de Infração, às fls. 153, contra ela lavrado, com ciência na data de 12/06/2000, relativo à exigência do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, exercício 1996, ano-calendário 1995.

Consoante Termo de Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal de fls. 153 do processo, o citado lançamento é decorrente de procedimento fiscal levado a efeito contra a contribuinte, através do qual a autoridade administrativa, constatou irregularidades no tocante à falta de adição ao Lucro Real do lucro inflacionário realizado no ano-calendário de 1995.

A irregularidade apontada, ainda consoante o citado Termo, originou-se do valor informado na declaração de rendimentos do ano-base de 1991, na conta Saldo de Correção Monetária diferença IPC/BTNF (Lei nº 8.200/1991, art. 3º) que foi indevidamente capitalizado em 24/04/1992, assim como não houve qualquer controle registrado no LALUR, que de acordo com a lei deveria ter sido computado na determinação do lucro real, a partir do ano de 1993.

Enquadramento legal da autuação: Artigos 195, 417, 418, 419, 422, 424 e 425 do RIR/1994; e Artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 9.065/1995.

Em sua impugnação às fls. 162/192, datada de 11/07/2000, a contribuinte, argüiu em sua defesa, sinteticamente:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

1. Preliminar de nulidade, por o lançamento ferir a ampla defesa tendo em vista o fato de ele não haver sido lavrado no local de verificação da falta, bem assim por nele não constar a descrição circunstanciada dos fatos e a indicação dos dispositivos legais que justificam o cumprimento da obrigação, e também, não constar na notificação a assinatura do chefe do órgão expedidor, seu cargo ou função e número de matrícula;
2. Apresenta um histórico das atividades desenvolvidas pela empresa, assim como demonstra o seu empenho na criação e aproveitamento da mão-de-obra local, na conservação do meio ambiente, a capacidade instalada e a respectiva geração de tributos;
3. Alega que após fornecer as informações solicitadas pela fiscalização, em 02/05/2000, acerca dos valores que formaram a conta Despesas Não-operacionais, constante do Balanço de 31/12/1995 e as explicações sobre a movimentação do saldo credor de correção monetária referente à diferença IPC/BTNF e haver justificado os motivos legais que levaram a empresa a não oferecer à tributação o resultado da diferença IPC/BTN em sua declaração do exercício de 1996, porque não tinha nada a oferecer, mesmo assim foi lavrado o Auto de Infração;
4. Argüi a inadequação da infração segundo a legislação vigente à época dos fatos e que na autuação foi olvidada a consequência econômica dessa tributação, qual seja, a da obrigação tributária principal da pessoa jurídica em pagar o imposto, dispensada face a isenção;
5. Alega que, apesar de a correção monetária das demonstrações financeiras encontrar-se revogada permanece a figura do lucro inflacionário e a obrigação de realizar os saldos acumulados controlados no LALUR;
6. Argumenta que sendo pessoa jurídica em gozo de isenção do IRPJ por encontrar-se na área de atuação da SUDAM, igualmente, o lucro inflacionário realizado goza de isenção, consoante o Parecer Normativo nº29/1980;



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

7. Aduz que no ano de 1991 a empresa produziu e realizou vendas abaixo do limite das isenções a que fazia jus à época do fato gerador da diferença entre o IPC e a BTNF, assim não poderia, como não o fez, diferir e oferecer à tributação mais tarde, em 1995, como quer a autoridade fiscal, aquilo que não era tributável na origem do fato gerador, porque estava integralmente isenta àquela época, para o nível de produção e vendas que atingiu naquele ano;
8. Quanto ao mérito da autuação alega que a autoridade fiscal aplicou à empresa procedimento fiscal próprio das pessoas jurídicas que não gozam de incentivos fiscais. Tivesse o fiscal atentado para a condição tributária a que fazia jus a impugnante, à época da apuração determinada pela Lei nº 8.200/1991, perceberia a impossibilidade legal de se tributar o saldo credor da diferença IPC/BTNF por ela apurado;
9. Expõe que da leitura do quadro do anexo 2, relativo à apuração do lucro da exploração, verifica-se que o saldo credor de correção monetária não faz parte desses ajustes, ou seja, ele não é expurgado do lucro líquido para efeito de se determinar o lucro da exploração, logo, ele é parte integrante desse. Tratando-se de pessoa que goze de redução do tributo o diferimento do lucro inflacionário só é efetuado relativamente à parcela da atividade não coberta pela redução concedida, com isso, a parcela correspondente ao percentual de isenção não é tributada. Caso se trate de pessoa isenta não haverá diferimento do lucro inflacionário por ser ele próprio isento e todo o saldo credor de correção monetária (valor máximo do lucro inflacionário) já está contido no lucro da exploração;
10. Relativamente ao saldo credor de correção monetária do IPC/BTNF – Lei nº 8.200/1991, apurado no ano de 1991, a impugnante gozava de isenção sobre o resultado das atividades, sendo isento 100% o lucro da exploração e, portanto, era também integralmente isento o lucro inflacionário apurado na forma da Lei nº 8.200/1991. Embora tenha tido tratamento tributário específico é inegável que esse



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

lucro inflacionário submete-se à isenção integral que protegia a contribuinte desde 1983;

11. É, portanto, desprovida de fundamentação legal a autuação por ignorar o direito de isenção da empresa e o preceito contido no Parecer Normativo nº 29/1980, apresenta em seu favor parecer de empresa de auditoria e jurisprudências administrativo e judicial;
12. Discorre acerca da complexidade e imperfeição dos sistemas destinados a eliminar distorções trazidas pela inflação, cuja conceituação, até hoje, entende que gera dúvidas e confusões;
13. Ao final, requer a improcedência do lançamento e o cancelamento do crédito tributário.

Por meio da Decisão nº 768 de 18/12/2000, às fls. 230/234, o Sr. Delegado da Receita Federal de Julgamento em Belém – PA, julgou procedente o lançamento objeto do presente processo, consoante ementa a seguir transcrita:

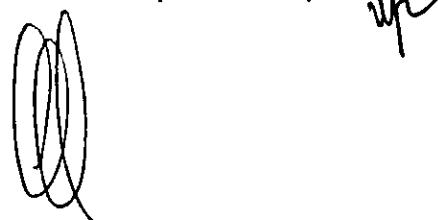
\* Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ - Ano-calendário: 1995  
Ementa: CORREÇÃO MONETÁRIA IPC/BTNF

Tributa-se na forma da legislação vigente, o valor correspondente à Correção Monetária IPC/BTNF ao qual foi dado, pelo sujeito passivo, tratamento diverso daquele previsto na legislação específica, utilizando-o diretamente em aumento de capital, ainda que a pessoa jurídica goze de isenção com base no lucro da exploração, quando as regras que regem a referida correção especial não amparam os procedimentos adotados.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE\***

De acordo com a R. Decisão singular os motivos que fundamentaram o julgamento foram, em síntese:

1. Foram rejeitadas as preliminares;
2. No mérito, conclui que o Parecer nº 29/1980 que foi invocado na impugnação é anterior às regras estabelecidas para a correção do IPC/BTNF, que são específicas para





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

determinar como deveria ser conduzida sua realização e quanto ao destino dos valores apurados. Entendeu aquela autoridade que a lei nº 8.200/1991 e o Decreto nº 332/1991 não trouxeram dispositivos que dessem amparo às práticas adotadas pelo sujeito passivo e, igualmente, as regras relativas ao Lucro Inflacionário, por sua vez, também não incluem as referidas práticas;

3. O fato de se considerar isento não autoriza o sujeito passivo a abandonar as regras estabelecidas para lidar com os valores a serem levados a compor o capital social da empresa quando tais valores decorrerem de apuração especial levada a cabo sob regras próprias que não podem ser ignoradas. Aduz que a regra geral para o Lucro inflacionário é o seu cômputo no Lucro Real, sendo o diferimento faculdade do sujeito passivo que, se optou por não diferir, deveria ter seguido a regra geral;
4. Sendo a empresa beneficiária de incentivo baseado no Lucro da Exploração, ela está sujeita aos preceitos desse para efeito de capitalização do imposto que nessa condição deixar de ser pago, conforme o artigo 556 do RIR/1994, não podendo promover a constituição da reserva seguida da capitalização direta dessa reserva, como fez, sem que tivesse promovido os controles adequados para, ao final, estabelecer o valor do imposto abrangido pela isenção que deveria ser capitalizado;
5. Tais regras, não observadas, fizeram com o que o aumento de capital, nessas condições, tenha ocorrido à revelia da Fazenda, que mediante seus controles aplicáveis à espécie, identificou o valor correspondente a exigir.

A empresa foi cientificada da R. Decisão singular, na data de 05/01/2001, consoante Aviso de Recebimento (AR) juntado às fls. 238 dos autos.

Mediante a apresentação da petição de fls. 241/252, a contribuinte interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes, alegando que:

1. Antes de expor os fatos quer registrar a existência de erro de fato constante do Auto de Infração e que, visando a sua retificação, apresentou requerimento dirigido ao jma/126.044/mineração rio do norte s/a.19/09/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

- Delegado da Receita Federal em Santarém. Esclarece que o erro deriva do incorreto preenchimento da declaração apresentada para o Imposto sobre a Renda do exercício de 1992, período-base de 1991, e que ele não causou qualquer dano ao erário;
2. Argüi que por ser isenta do Imposto sobre a renda, por localizar-se na área de atuação da SUDAM, o lucro inflacionário decorrente da diferença de correção IPC/BNF nunca poderia ser tributado;
  3. Aduz que os lançamentos foram efetuados em conformidade com a legislação do Imposto sobre a Renda e da legislação que rege os incentivos fiscais regionais, ou seja, a recorrente reconheceu o lucro inflacionário decorrente da lei, registrou em conta de reserva de capital o valor do Imposto sobre a Renda que incidiria sobre esse lucro se a companhia não fosse isenta e, em seguida, incorporou o valor do imposto ao seu capital social;
  4. Após a Decisão administrativa singular a requerente efetuou revisão completa nos dados utilizados pelo Auditor Fiscal e constatou a existência de erro nos valores lançados em decorrência do fato de o lançamento haver tomado como ponto de partida o valor de Cr\$ 137.376.064.495,00, registrado na declaração a título de Correção Monetária – Diferença IPC/BTN – Lei nº 8.200/1991, relativa ao patrimônio líquido, quando deveria ter registrado apenas o saldo líquido resultante da diferença entre a correção monetária do ativo permanente e a correção monetária do patrimônio líquido no total de Cr\$ 28.231.502.846,87. Em consequência, na linha 28 da declaração do exercício de 1992 deveria ter sido registrado o valor de Cr\$ 28.231.502.846,87, correspondente à diferença credora da correção monetária IPC/BNF;
  5. Portanto, por ser isenta nada deve ao Fisco e, mesmo que devesse, o montante do débito seria muito inferior ao constante do lançamento;
  6. Aduz que o cálculo do lucro inflacionário determinado pelo artigo 3º, II, da Lei nº 8.200/1991, foi efetuado corretamente, bem como está correto o montante do lucro



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

registrado na contabilidade da recorrente. O erro no preenchimento da declaração do Imposto sobre a Renda não implicou qualquer prejuízo ao Tesouro Nacional;

7. O valor do imposto que incidiria sobre esse lucro, não fosse a isenção, foi contabilizado como reserva de capital, como determina o artigo 545 do RIR/1999;
8. O valor do imposto contabilizado como reserva de capital foi incorporado ao capital social da recorrente, em conformidade com o que determina o Decreto-lei nº 756/1969;
9. O lucro inflacionário constitui-se em um ganho da empresa decorrente da inflação que a legislação permitia o diferimento da sua tributação até a sua realização. No caso de sociedades que goze de isenção o diferimento do lucro inflacionário até o momento de sua realização é absolutamente inócuo, pois esse ganho não será tributado;
10. A recorrente poderia ter apropriado o resultado da correção complementar imposta pela Lei nº 8.200/1991 integralmente como lucro do exercício ou registrar o respectivo montante da correção na conta do Patrimônio Líquido. Em qualquer das hipóteses não teria imposto a pagar, sendo essa a conclusão do PN CST nº 29/1980;
11. Solicita, ao final, que seja desconstituído o lançamento porque desprovido de amparo legal haja vista a recorrente ter isenção de 100% do Imposto sobre a Renda ou, caso não seja esse o entendimento, que seja determinada a revisão do mesmo pelas razões expostas.

Às fls. 261/265 consta petição da recorrente dirigida ao Sr. Delegado da Receita Federal por meio do qual aponta a existência de erro de fato, no preenchimento da Declaração de Rendimentos apresentada para o Imposto sobre a Renda, exercício 1992, ano-base 1991, no tocante ao valor do Saldo da Correção Monetária – diferença IPC/BTNF – Lei nº 8.200/1991, que serviu de base de cálculo para a autuação. Segundo a aludida petição, na Declaração foi informado o valor de Cr\$ 137.376.064,495,00 quando o correto seria, apenas, o total de Cr\$ 28.231.502,846,87.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

Por meio do requerimento de fls. 270/271 a recorrente apresenta relação de bens do seu ativo permanente com vista ao cumprimento da exigência do arrolamento de bens como previsto na Medida Provisória nº 2.095-71/2001.

Às fls. 277/279 consta Termo de Arrolamento de Bens e Direitos efetivado pela Delegacia da Receita Federal em Santarém – PA.

Consoante o despacho de fls. 280, o processo foi considerado como de acordo com os artigos 2º e 8º da IN nº 26/2001, bem assim foi proposto o seu encaminhamento ao Gabinete do Sr. Delegado da Receita Federal em Santarém – PA para que fosse analisado o pedido de revisão ex officio do lançamento do crédito tributário.

Mediante o despacho de fls. 281 os autos foram enviados a esse Conselho de Contribuintes haja vista a apresentação de Recurso Voluntário, às fls. 241/252.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

V O T O

Conselheira MARY ELBE GOMES QUEIROZ, Relatora

Tomo conhecimento do Recurso Voluntário interposto, por tempestivo, e face a existência de arrolamento de bens efetuado pela recorrente em cumprimento à exigência colocada pela Medida Provisória nº 1.967-33, e autorizado pelo Sr. Delegado da Receita Federal em Santarém.

Após a análise minuciosa dos elementos do processo passo a examinar os argumentos aduzidos no Recurso Voluntário em confronto com a R. Decisão da autoridade administrativo-julgadora de primeira instância, com os termos do lançamento do crédito tributário e todos os demais elementos dos autos e com o melhor direito aplicável à espécie.

*Ab initio*, verifica-se que inexiste qualquer prejudicial que possa obstar a apreciação dos autos por esse colegiado uma vez que a R. Decisão a quo encontra-se revestida da forma e do conteúdo exigidos pelas normas materiais e aquelas reguladoras do Processo Administrativo Tributário Federal, bem como foram atendidos, plenamente, o devido processo legal e prestigiados o contraditório e a ampla defesa, constatando-se que o julgamento não merece reparos.

As normas processuais asseguram à autoridade administrativo-julgadora o poder e a competência legal para formar livremente a sua convicção, com base na lei e nas provas do processo, desde que ele demonstre e justifique os fundamentos que motivaram a sua decisão, nesse sentido, nada há a ser oposto contra o julgamento proferido em primeira instância.

Trata o caso ora *sub judicie* nesse colegiado de irregularidade apontada pela autoridade fiscal relativa à indevida capitalização do valor relativo à diferença



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

IPC/BTNF sem a correspondente adição do respectivo valor ao lucro real. Ainda, de acordo com o Relatório de Fiscalização de fls. 157, verifica-se que a autuação decorreu também do fato de que a autoridade fiscal concluiu que a recorrente deixou de adicionar ao lucro real do ano de 1995, o valor remanescente do saldo credor de correção monetária resultante da diferença IPC/BTNF do ano-calendário de 1990.

A questão ora apreciada tem por substrato, portanto, o cômputo, no período de 1992, da diferença de correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas como resultado da atualização pelo IPC/BTNF do ano-calendário de 1990, bem assim a discussão acerca de qual era o regime tributário aplicável ao saldo credor de correção monetária, "lucro inflacionário", apurado pelas pessoas jurídicas que gozasse da isenção do Imposto sobre a Renda.

O objeto da lide encerra, na sua essência, discussão acerca de questões de direito e sobre a melhor e mais adequada interpretação a ser adotada na sua respectiva aplicação. Em decorrência, a apreciação da matéria demanda um acurado exame, reflexão e ponderação na decisão a ser dada para a solução do litígio.

**Diferença IPC/BTNF – Utilização da diferença IPC/BTNF para fins de capitalização no ano de 1992**

O entendimento da matéria é pacífico na jurisprudência do Conselho de Contribuintes, entretanto, em obediência aos princípios do contraditório e ampla defesa passa-se a examinar os motivo fáticos e legais do presente processo.

Efetivamente, no ano-calendário de 1990, era vigente a Lei nº 7.799/1989 que previa a correção monetária das demonstrações financeiras com base no BTNF. Todavia, não há como desconhecer-se que tal índice não refletiu com exatidão a inflação do período, como foi posteriormente admitido pela própria Lei nº 8.200/1991. Tal lei, inclusive, admitiu a retroatividade das suas disposições para alcançar os resultados já



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

encerrados no ano-calendário de 1990. Desse modo, tem-se como convalidado, a *posteriori*, que o índice que refletia a inflação do período de 1990 era exatamente o IPC.

Cumpre ressaltar que à época de ocorrência dos fatos geradores das supostas irregularidades, bem como da autuação, já se encontrava em vigor a Lei nº 8.200/1991, regulamentada pelo Decreto nº 332/1991, que deu novo tratamento para a correção monetária dos balanços do ano-calendário de 1991, no sentido de reconhecer que o índice aplicável à correção monetária das demonstrações financeiras do ano-calendário de 1990 era efetivamente o IPC. Saliente-se que a própria autoridade fiscal, quando da descrição dos fatos, fez menção expressa ao citado diploma legal.

É importante mencionar que o Conselho de Contribuintes e a Câmara Superior de Recursos Fiscais, reiteradamente, vêm decidindo nesse sentido.

Acerca do entendimento consagrado pela jurisprudência administrativa da instância *ad quem*, é pertinente transcrever parte do voto da ilustre Conselheira Sandra Maria Dias Nunes, proferido no Acórdão nº 108-01.123, de 18/05/94 - 3ª Câmara do 3º CC:

**"CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO"**

O índice legalmente admitido incorpora a variação do IPC, que serviu para alimentar os índices oficiais, sendo aplicável a todas as contas sujeitas à sistemática de tal correção, inclusive no cálculo das depreciações.

... Com efeito, a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, dispõe no seu artigo 2º que para efeito de determinar o lucro real - base de cálculo do imposto de renda das pessoas jurídicas - a correção monetária das demonstrações financeiras será efetuada de acordo com as normas previstas nesta lei e o artigo 3º esclareceu que a correção monetária das demonstrações financeiras tem por objetivo expressar, em valores reais, os elementos patrimoniais e a base de cálculo do imposto de renda de cada período-base.

O artigo 10 da mesma lei estabelece que a correção monetária das demonstrações financeiras (art. 4º, inciso II) será procedida com base na variação diária do valor do BTN Fiscal ou de outro índice que vier a ser legalmente adotado. Por sua vez, o parágrafo 2º do artigo 1º determinou que:

'O valor do BTN Fiscal, no primeiro dia útil de cada mês, corresponderá ao valor do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, atualizado monetariamente para este mesmo mês, de conformidade com o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989.' (grifei)



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

E o § 2º do artigo 5º da Lei nº 7.777/89 estabeleceu imperativamente que o valor nominal do BTN será atualizado mensalmente pelo IPC.

Ao longo do ano de 1990, uma série de Medidas Provisórias e de Leis foram editadas acerca da atualização dos índices, mas nenhuma delas conseguiu desatrelar o IPC das atualizações das demonstrações financeiras. Senão vejamos:

(1) até 15.03.90, o Bônus do tesouro Nacional - BTN/BTN Fiscal era atualizado segundo a variação de preços ao consumidor medido pelo IBGE (MPs nºs 154 e 168 convertidas nas Leis nºs 8.030/1990 e 8.024/1990). Ademais, o parágrafo único do artigo 22 da MP nº 168 estabeleceu que excepcionalmente, o valor nominal do BTN no mês de abril de 1990 será igual ao valor do BTN Fiscal no dia 1º de abril de 1990, fazendo desaparecer parte expressiva da inflação;

(2) em 30.04.90, o valor nominal do BTN passou a ser atualizado pelo Índice de Reajuste de Valores Fiscais (IRVF) divulgado pelo IBGE, de acordo com a metodologia estabelecida em Portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MPs nºs 189, 195, 200, 212 e 237, convertida na Lei nº 8.088/90).

Conforme dito anteriormente, nenhum destes atos conseguiu revogar o IPC-IBGE como indexador oficial dos índices aplicáveis na correção monetária das demonstrações financeiras de que trata a Lei nº 7.799/89. Lembre-se que a MP nº 189/90 não revogou expressamente a lei anterior (Lei nº 7.777/89 e 7.779/89) como também não a revogou tacitamente, pois não existe incompatibilidade na existência de diversos índices para diversos fins.

Partindo do BTN Fiscal de 31 de dezembro de 1989 de Cr\$ 10.9518, ajustado pelo IPC de 1.794,81% (inflação medida pelo IBGE para o ano de 1990), temos para 31 de dezembro de 1990 um BTN Fiscal igual a Cr\$ 207,5158 (Cr\$ 10,9518 x 18,9481) e não nos Cr\$ 103.5081 contidos no Ato Declaratório CST nº 230/90.

Ao se utilizar de índices de correção inferiores aos outros indicativos mais representativos da perda real do poder aquisitivo da moeda, o procedimento da correção monetária do balanço não só deixa de cumprir com um dos seus objetivos, qual seja de possibilitar a atualização da expressão monetária dos bens do ativo permanente e das contas do patrimônio líquido, e o reconhecimento do valor da despesa relacionada com o desgaste físico dos bens na atividade fim (depreciação), como também não atende ao seu principal objetivo que é o de identificar e reconhecer, no resultado de cada exercício, o ganho (redução da expressão monetária do valor das obrigações) ou perda (redução da expressão monetária do valor dos ativos monetários) da empresa face à diminuição do poder de compra da moeda em uma economia inflacionária.

Ora, a correção monetária, por expressa determinação legal, deve refletir a desvalorização real da moeda, caso contrário, estará sendo tributada uma renda líquida fictícia. Isso ocorre no caso da empresa possuir patrimônio líquido maior que o ativo permanente e demais contas do ativo sujeitas a correção, onde o não reconhecimento da inflação enseja a apuração de menor resultado devedor de correção monetária, que é dedutível para fins de apuração do resultado tributável. Indiretamente, estaria ocorrendo majoração de tributo.

Tal procedimento, além de afrontar a melhor doutrina (ver artigo de João Dácio Rolim - Efeitos Fiscais da Correção Monetária - Expurgos Inconstitucionais dos Índices Oficiais



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

de Inflação, *in* Imposto de Renda, *in* Momentos Jurídicos, Livraria Del Rey, Belo Horizonte), afronta a garantia constitucional contida no artigo 150, III, letra "a", que veda a aplicação da legislação que aumente tributo no próprio exercício financeiro em que for publicada.

Por estas razões, entendo que as demonstrações financeiras relativas ao período-base encerrado em 31.12.90 devam ser corrigidas utilizando o BTN Fiscal, atualizado na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 7.777/89, ou seja, pelo IPC. Assim, a adoção, pela recorrente, do valor de Cr\$ 205,7819 me parece compatível com a legislação vigente à época de sua utilização, descabendo portanto a exigência que penalize tal procedimento. Neste sentido, as conclusões do recente Acórdão nº 108-00.963/94."

Em consequência, sendo pacífico o direito à atualização monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas pelo IPC, nada há a ser oposto nesse sentido.

Partindo-se, desse modo, da premissa de que é legítimo o direito da recorrente à utilização da diferença IPC/BTNF já no período de 1992, por encontrar-se tal procedimento inteiramente amparado pelas leis regentes da espécie àquela época, igualmente, está correta a respectiva capitalização do valor nada podendo ser questionado no tocante à essa parte.

Entretanto, o procedimento correto da pessoa jurídica, ao reconhecer no seu resultado o valor da referida diferença do IPC/BTNF, seria, em contrapartida, constituir uma reserva de capital com o total da diferença da citada atualização monetária e, quando da utilização da reserva, para aumento de capital, como no presente caso, nesse exato momento computar o respectivo valor na apuração do lucro real base de cálculo do Imposto sobre a Renda. Ressalte-se que tal procedimento em nada afetaria o resultado da recorrente por ser a mesma beneficiária de isenção do Imposto sobre a Renda.

Sob esse aspecto, o procedimento adotado pela pessoa jurídica, aparentemente infringiu as disposições relativas à tributação para o Imposto sobre a Renda.

Assim, caso houvesse valor de tributo a ser exigido em decorrência da suposta infração às leis do IRPJ, essa teria ocorrido no ano-calendário de 1992 e não no jma/126.044/mineração rio do norte s/a./19/09/01



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

ano-calendário de 1995 como autuado, pois era naquele período que a recorrente deveria ter adicionado o respectivo valor na apuração do lucro real a fim de computá-lo no resultado tributável.

**Lucro Inflacionário das pessoas jurídicas beneficiárias de incentivo fiscal**

O lucro inflacionário era um ganho econômico que se originava da manutenção no patrimônio das empresas de ativos sujeitos à correção monetária em valores excedentes ao Patrimônio Líquido. Tratava-se de um lucro meramente econômico, decorrente dos efeitos da inflação sobre o patrimônio e o resultado da pessoa jurídica, como consequência da correção monetária das demonstrações financeiras, que era registrado contabilmente mas somente era computado no resultado, para fins fiscais, quando realizado financeiramente a fim de que houvesse o equilíbrio do resultado real da empresa. Para tanto, quando da verificação do saldo credor de correção monetária esse era integralmente computado no lucro líquido contábil e na apuração do lucro real adicionava-se a parcela considerada como realizada e diferia-se a tributação do saldo remanescente.

No caso das pessoas jurídicas beneficiadas com incentivo fiscal de isenção do Imposto sobre a Renda, o lucro inflacionário era insusceptível de diferimento na mesma proporção do favor a que a pessoa jurídica tinha direito. A justificativa legal, consoante entendimento da própria Secretaria da Receita Federal expedito por meio da Instrução Normativa SRF nº 91/1984, encontrava suporte no fato de que se não havia tributação do lucro por ser isento não poderia, em consequência, ser admitido o diferimento de qualquer valor a título de lucro inflacionário sob pena de se distorcer o resultado da pessoa jurídica.

Sobre o assunto, o Parecer Normativo CST nº 29/1980, já expressava a mesma interpretação:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

\*2. O direito de optar pelo diferimento da tributação do lucro inflacionário, consagrado no artigo 51 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, se resume na faculdade, concedida ao sujeito passivo, de prorrogar o momento de sujeitar esse lucro ao poder tributante, transferindo-o do exercício em que é apurado para o exercício em que vier a se realizar. É um direito de natureza nitidamente tributária.

....  
2.2. Se assim é, o diferimento da tributação do lucro inflacionário perde sua razão de ser na mesma medida em que o tributo dele decorrente deixa de ser exigido. Não há porque diferir a tributação daquilo de que não resulta tributo. É o que ocorre, total ou parcialmente, com o lucro inflacionário relativo à atividade incentivada.

2.3. Com efeito o incentivo atribuído à empresa pelo exercício de determinadas atividades se traduz exatamente na dispensa, total ou parcial, do tributo incidente sobre o lucro da exploração, que é o resultado tido, por lei, como resultante do desempenho dessas mesmas atividades. É evidente que, sendo o lucro inflacionário da atividade incentivada parcela do lucro da exploração, a dispensa que deste resulta alcança, e na mesma proporção, o imposto correspondente ao lucro inflacionário.

2.4. Assim, o lucro inflacionário relativo a atividade isenta, sendo ele mesmo isento, não pode, em consequência ser objeto de diferimento.\*

Pode-se concluir, assim, que estando comprovado o gozo de isenção do IRPJ pela recorrente, a parcela do lucro inflacionário relativa à diferença do IPC/BTNF considerada no resultado sob a forma de saldo credor de correção monetária, era insusceptível de diferimento.

Em decorrência, não pode subsistir o lançamento do crédito tributário constante do Auto de Infração, pois foi considerado como infração a falta de adição ao lucro líquido, no ano-calendário de 1995, da parcela relativa ao lucro inflacionário deferido remanescente do ano de 1990, relativa à diferença IPC/BTNF, cujas regras de diferimento não eram aplicáveis à recorrente.

Não podem ser acolhidos, igualmente, os fundamentos adotados pela R. Decisão a quo, no tocante à inaplicabilidade, para a recorrente, do entendimento contido no Parecer Normativo nº 29/1980, tendo em vista que, por tratar a espécie de regras especiais e específicas não há como se considerar como revogada a aludida interpretação face as disposições da Lei nº 8.200/1991 e do Decreto nº 332/1991.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

**Retificação da Declaração de Rendimentos apresentada para o exercício de 1992, ano-calendário 1991**

Acerca do pedido de Retificação de Declaração, efetuado pela recorrente, cumpre esclarecer que o mesmo é extemporâneo haja vista que apresentado após o início de procedimento *ex officio*.

Contudo, saliente-se que do exame das cópias das Declarações de Rendimentos constantes do processo constata-se que inexistem provas efetivas do cometimento do alegado suposto erro. Ao contrário do pretendido, a Declaração de rendimentos apresentada para o exercício seguinte aparenta demonstrar exatamente o contrário do suscitado pela pessoa jurídica, para cujo deslinde definitivo da questão mister se fazia o acurado exame não só das declarações de todos os períodos desde o ano-calendário de 1990 até o ano de 1999, bem assim, especialmente, uma análise detalhada e minuciosa das Atas das Assembléias Gerais e a recomposição efetiva do capital social da pessoa jurídica, para se verificar qual o efetivo montante considerado a título de IPC/BTNF que foi capitalizado no ano de 1992.

Por todo o exposto, conclui-se que inexiste infração a ser imputada à recorrente, bem assim crédito tributário a ser exigido ou penalidade a ser imposta, em consequência da pretensa irregularidade autuada, como base nos seguintes motivos:

1º) Qualquer valor relativo à lucro inflacionário decorrente da diferença IPC/BTNF, no caso da recorrente, seria insusceptível de deferimento haja vista ela ser pessoa jurídica beneficiária do gozo de isenção do IRPJ;

2º) Caso tivesse existido a suposta infração, essa teria ocorrido no ano-calendário de 1992, quando a pessoa jurídica deixou de oferecer à tributação o valor da reserva constituída com a diferença IPC/BTNF que foi capitalizada naquele período. Portanto, quando do lançamento e constituição do crédito tributário em 12/06/2000, já



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo nº : 10215.000380/00-85  
Acórdão nº : 103-20.634

havia ocorrido a decadência do direito do Fisco de proceder a qualquer exigência de imposto ou aplicação de penalidade com relação a esse fato;

2º) inexiste qualquer infração a ser imputada à recorrente, pois apesar de o procedimento adotado pela mesma encontrar-se em desacordo com as normas legais, nada há a ser dela cobrado tendo em vista que da suposta irregularidade não resultou qualquer diferença de imposto a ser recolhida, por a pessoa jurídica ser beneficiária de isenção do IRPJ e a adição da diferença IPC/BTNF, igualmente, caso tivesse sido computada no período devido, não iria resultar em qualquer diferença de tributo a ser exigida por ser anulada com o valor do imposto isento.

3º) Se todas as razões postas não fossem suficientes para infirmar a exigência, ainda assim impõe-se atacar a construção da base de cálculo. A Lei nº 8.200/91, apenas adiou o reconhecimento fracionário da diferença IPC/BTNF. Dessa forma, resta configurada a hipótese de postergação tributária, consoante os mandamentos insertos pelo PN-COSIT nº 02/96.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, oriento o meu voto no sentido de DAR provimento ao Recurso Voluntário, no tocante ao objeto do presente processo.

Sala das Sessões - DF, em 20 junho de 2001

MARY ELBE GOMES QUEIROZ